



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PROGRAMAS E AÇÕES NO ÂMBITO PÚBLICO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Ticiane Gonçalves Sousa de Melo

Luzinete Moreira da Silva

Mestre em Educação. Professora da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. (tici.hp@gmail.com)

Mestre em Educação. Pedagoga do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (luzmoreira2009@gmail.com)

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental que envolve a temática das políticas para a Educação Profissional no Brasil. Tal artigo tem como objetivo central compreender e refletir sobre as ações e programas de caráter público para a Educação Profissional no início do século XXI. Para tanto, utilizamos como referencial teórico o materialismo histórico-dialético. Salientamos que no decorrer da pesquisa, em função do objeto de estudo, e devido à expressividade em nível nacional, delimitamos alguns programas no âmbito público: Programa Brasil Profissionalizado, Proeja e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. A partir desse estudo foi possível perceber que os programas e ações, no primeiro decênio do século XXI, expressaram movimentos importantes para uma relativa expansão da oferta pública e nas tentativas de se buscar uma formação profissional mais integrada.

Palavras-chave: Proeja, Brasil Profissionalizado, Rede Federal de Educação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A partir da necessidade de compreender quais os rumos das políticas para a Educação Profissional, refletimos sobre as ações e programas de caráter público para a Educação Profissional no início do século XXI, buscando elucidar as bases que sustentam a expansão da Educação Profissional no Brasil no início deste século. Ao analisar as políticas públicas educacionais adotadas nessa conjuntura sócio histórica, nosso interesse é desvelar os elementos implícitos que ultrapassam os objetivos declarados no âmbito das políticas e programas.

No início do século XXI, constatamos a elaboração de programas bem como de ações para a Educação Profissional. Listamos o Programa Escola de Fábrica, o Ensino Médio Integrado regular, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Profissionalizado, a Rede E-Tec, a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e a transformação das instituições federais de Educação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Profissional em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Entretanto, em função do objeto de estudo e devido à expressividade em nível nacional, delimitamos alguns programas: Programa Brasil Profissionalizado, Proeja e Expansão da Rede Federal.

2 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840/2006, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), abrangendo a Formação Inicial e Continuada de trabalhadores (FIC) e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ocorre de modo concomitante ou integrado. Esse programa tem em suas bases o compromisso com a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, ou seja, nos remete há uma compensação de uma dívida histórica com a educação da classe trabalhadora.

De acordo com o Decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006), o PROEJA pode ser realizado em instituições públicas (rede de ensino estadual, municipal e federal), bem como por instituições privadas nacionais. A oferta de cursos do PROEJA, que destina-se à Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, possui carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, sendo, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral e duzentas horas para a formação profissional. Já a oferta de cursos de nível médio do PROEJA possui carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, sendo, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral, mas variando a carga horária mínima para a habilitação profissional. Ainda que a quantidade de horas não seja garantia para qualidade da formação, o programa evidência um avanço no que tange a demarcação mínima de horas para a oferta desses cursos. Desse modo,

o PROEJA se estabelece e ganha significação nesse contexto de mudança paradigmática e de busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho. (MACHADO, 2006, p. 55).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Segundo Machado (2006), é preciso materializar essas políticas que objetivem o direito à educação, dando notoriedade ao desenvolvimento humano ampliando também o conhecimento do sujeito envolvido.

O Documento Base, tanto para o Nível Médio, como para o Nível Fundamental, encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente é realizado um panorama geral, situando a oferta da EJA no Brasil, quanto ao acesso e permanência, por exemplo, sendo levantada a necessidade de uma política de integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio na modalidade EJA, e a integração da formação inicial e continuada e o Ensino Fundamental na modalidade EJA; em um segundo momento, são expressas as concepções e princípios; em um terceiro momento, são expostos os fundamentos do Projeto Político Pedagógico; finalmente, são elucidados os aspectos operacionais. Castro (2011), ao analisar os princípios apontados, afirma que

[...] observa-se que o texto do Documento Base (Brasil/MEC/Setec, 2007) aproxima-se de concepções que buscam, de um lado, a ampliação dos direitos sociais em um Estado liberal. Neste caso, admite a permanência dos fundamentos das relações econômicas sob o capitalismo, o que dificulta o rompimento com a ingerência dos princípios do mercado sob a educação. De outro, de maneira radical, procura-se a construção de uma sociedade assentada na emancipação do homem por meio do estabelecimento de formas de trabalho não alienadas.

É possível compreender o programa no sentido da ampliação dos direitos, como afirma Castro (2011), ainda que imerso em uma sociedade capitalista, radicalmente excludente.

No direcionamento do Decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006), há indicativos que sinalizam para uma formação menos fragmentada e mitigada para os trabalhadores. Um fator potencialmente positivo, expresso na Lei, concerne à oferta de cursos e programas regulares do PROEJA das instituições federais de Educação Profissional. Outrossim, segundo o Decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006, p.1),

§ 1o As instituições referidas no *caput* disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

Entretanto, o que potencialmente sinalizava para uma oferta na esfera pública, em uma instituição federal,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

[...] na prática, ficou a cargo das coordenações das áreas profissionais, de acordo com os seus interesses, a abertura de cursos na modalidade de educação de jovens e adultos. Corroborou essa atitude, por um lado, o fato de a gestão não ter formulado uma política institucional, apesar do discurso contrário, que viabilizasse uma assunção do Programa de maneira significativa. E, de outro, a natureza dessa ação governamental, que não investiu financeiramente em itens estruturantes como a construção de laboratórios e a contratação de servidores efetivos para novos cursos nessa modalidade, elementos que dariam um caráter permanente e orgânico para os cursos do PROEJA (CASTRO, 2011, p.196, 197).

Estabelecendo uma relação entre o Decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006) e as palavras da autora, percebemos que nem sempre aquilo que é institucionalizado, ou seja, tornado Lei, é passível de ser efetivamente realizado na práxis. Por outro lado, se as leis caminham no sentido oposto à garantia de direitos, a realidade torna-se mais dura.

Em todo caso, os momentos iniciais do PROEJA, vinculam-se à defesa da elevação da escolaridade do trabalhador, tentando articular a educação básica à formação profissional. Esses momentos iniciais são trazidos pelo protagonismo dos movimentos sindicais (CASTRO, 2011). Esse ponto nos possibilita compreender que, mesmo diante do Estado capitalista, os tensionamentos devem persistir, visto que, caso isso não ocorra, nos distanciamos cada vez mais do acesso às condições objetivas melhores.

Em sua tese sobre o PROEJA, Castro (2011) chama-nos atenção para a problemática da formação dos profissionais que iriam atuar no programa, visto que muitos não possuíam formação voltada para a EJA. Além disso, um aspecto que dificulta a realização do programa constituiu a realidade concreta dos sujeitos para qual a oferta é proposta, ou seja, em sua maioria, são pessoas que tentam conciliar o trabalho juntamente aos estudos, fator complicador que favorece à incompatibilidade de tempo e de condições para o trabalho, visto que estes precisam trabalhar para sustentar sua realidade concreta.

3 PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

Ainda em meados da primeira década do século XXI é instituído o Programa Brasil Profissionalizado, por meio do Decreto nº 6.302, em 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007b), pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa tem como norte estimular o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com ênfase na articulação entre Educação Profissional e formação geral. Sua gênese encontra-se no movimento pós-revoação do Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997), ainda no governo Lula, que tendia para os reclames históricos do país.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No Decreto nº 6.302/2007 (BRASIL, 2007b), de imediato, aparecem princípios como: educação científica e humanística e articulação entre formação geral e Educação Profissional. Tais princípios denotam certa preocupação com a formação de cunho mais humanístico do sujeito envolvido no processo, ou seja, distancia-se de uma concepção de educação voltada apenas para o capital.

São objetivos norteadores do Brasil Profissionalizado:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;
- V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

Esses objetivos nos permitem refletir sobre quais os encaminhamentos do programa e suas orientações. Diante dos objetivos, existe o pressuposto de reestruturação do Ensino Médio, pensando uma formação geral combinada à formação profissional. Um outro aspecto, potencialmente positivo, consiste no fomento e na expansão da oferta de matrículas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Merece destaque esse objetivo, visto que compreendemos o Ensino Médio Integrado como um caminho possível para uma formação mais humanística. Chama-nos mais atenção ainda, o fato da oferta voltar-se para a esfera pública. Diante de um contexto brasileiro, em que são impulsionadas as parcerias público/privado, esse aspecto do Programa Brasil Profissionalizado, ao menos no âmbito institucional, de certo modo, vai de encontro à lógica privatista neoliberal¹. Ao observarmos os objetivos, compreendemos que as ideias, apontam para concepções, de fato, progressistas, ou seja, que caminham no sentido de uma Educação Profissional mais humanística.

¹ De acordo com Draibe (1993), o neoliberalismo constitui um conjunto de ações destinadas à reforma do Estado e das suas políticas. Como consequência do neoliberalismo, as políticas sociais tornam-se cada vez mais compensatórias, orientadas pelos princípios de privatização, focalização, desregulamentação estatal, eficácia, eficiência e reestruturação da produção e do trabalho. Por meio dessas políticas também são evidenciadas tensões entre as esferas pública e privada.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No documento base desse programa (BRASIL, 2007a), também observamos indícios de uma formação que não prioriza preparar exclusivamente para o mercado de trabalho. Ademais, são evidenciados princípios que possam proporcionar a capacidade de compreensão do então projeto societário e modelo de produção, bem como habilitar os sujeitos envolvidos ao exercício da autonomia.

Nesse caso, estão evidenciados no documento base, as seguintes concepções e princípios: Formação Humana Integral; Trabalho, Ciência, Tecnologia, Cultura como categorias indissociáveis da Formação Humana; o Trabalho como Princípio Educativo; a Pesquisa como Princípio Educativo; o trabalho de produção do conhecimento; e a relação Parte-Totalidade na Proposta Curricular. De modo geral, o programa, em sua essência, traz perspectivas relevantes.

Apesar dos aspectos progressistas para a Educação Profissional no âmbito da formulação do Brasil Profissionalizado, Moura (2013) afirma que, no que tange a formação de um quadro de profissionais, estão sendo tomadas ações paliativas, como:

[...] contratação de estagiários e de professores temporários, criação de fundações para contratar professores por meio de regime de trabalho diferenciado, parcerias público-privadas – principalmente com o Sistema “S” – etc., enquanto em outros simplesmente não há professores da EP nem perspectiva de que venham a se constituir os respectivos quadros. (MOURA, 2013, p. 10).

Moura (2013) elucida ainda a incapacidade de se levar adiante aspectos potencialmente positivos para a Educação Profissional devido as condições de precarização impostas pela conjuntura. Pedimos licença para fazermos uso da coloquialidade para expressar que, diante do real, há o chamado “banho de água fria”. Coadunando a esse panorama,

[...] se consideramos somente a relação entre a perspectiva inicial de atendimento pelo Programa de 800 mil estudantes, e o número de estudantes matriculados nas escolas estaduais de ensino médio (7.177.377 de acordo com o Censo da Educação Básica de 2008) constatamos que caso a meta inicial seja alcançada, somente poderão optar por cursos integrados cerca de 11% dos estudantes. Essa constatação indica a limitação de um projeto educacional voltado para a construção de um novo modelo para o ensino médio fundado na integração entre formação geral e específica (LEAL NETO, ANTONIAZZI, 2010, p. 14).

Diante da realidade brasileira, a oferta do Programa Brasil Profissionalizado constitui diminuta. O número da oferta em relação a quantidade de matrículas no Ensino Médio, está



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

aquém da integralização do Ensino Médio Integrado. Nesse sentido,

[...] essa opção pelos cursos integrados dificilmente será materializada pela maioria das escolas estaduais de ensino médio, porque o Programa Brasil Profissionalizado tem um alcance limitado tanto de recursos financeiros quanto de assistência técnica para a implementação da proposta. Além disso, não identificamos nenhuma medida legal (lei, decreto, etc.) que garanta recursos financeiros para a manutenção e ampliação da educação profissional integrada ao ensino médio nas escolas públicas estaduais após o prazo de encerramento do Programa Brasil Profissionalizado (LEAL NETO, ANTONIAZZI, 2010, p. 16).

A implementação desse programa fica prejudicada, apresentando problemas tanto no quadro de professores, como no âmbito do financiamento, não favorecendo sua execução.

4 REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Em um contexto mais recente, temos a expansão da Rede Federal de Educação Profissional com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). De acordo com a Lei nº 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008, p. 1), esses Institutos:

[...] são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Com a criação dos Institutos Federais, houve uma significativa ampliação da oferta de vagas da Educação Profissional na esfera pública. Conforme os dados a nossa disposição, observamos que, não em números absolutos, mas houve uma elevação porcentual da esfera federal, passando de 12% em 2003, para 16% em 2013, de acordo com os dados do INEP referentes aos anos supracitados. Essas instituições apresentam aspectos positivos para a Educação Profissional, principalmente no que perpassa a orientação para uma ampliação da esfera pública da educação.

Segundo os dados no *site* do Ministério da Educação (BRASIL, 2014),

a Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas. O MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas em atividade.



O quantitativo é expressivo, no tocante ao número de Escolas construídas no âmbito da Rede Federal, fator esse que evidencia a expansão da Educação Profissional na esfera Federal. A transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e em instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ocorreram devido à promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O processo de expansão dos Institutos Federais ainda vem aumentando esses números, pois ainda existem institutos em construção. Essas ações estão estreitamente ligadas ao processo expansão da Educação Profissional, via esfera pública.

Em busca da então articulação educação e trabalho, o Ensino Médio Integrado possui como proposta a integração do curso médio e do curso técnico de nível médio, reassumida por meio do Decreto nº 5.154/2004 (GRABOWSKI, 2006). A Rede Federal apresenta a maior oferta do Ensino Médio Integrado. Essa oferta para além do desafio da prática disciplinar e interdisciplinar, há uma perspectiva de se construir uma articulação orgânica entre o trabalho, ciência, cultura por meio de práticas educativas que possibilitem a formação integral (GRABOWSKI, 2006).

Por essas razões, justifica-se a relevância dessa forma de ensino em nossa sociedade, na busca dessas práticas educativas preocupadas e orientadas para uma formação humana integral.

Para um panorama, em nível de Brasil, construímos uma tabela com o número de matrículas do Ensino Médio Integrado no ano de 2013, de modo a facilitar a visualização dos dados.

Tabela 1 - Disposição do Ensino Médio Integrado no Brasil no ano de 2013.

Dependência administrativa	Ensino Médio Integrado Regular	Ensino Médio Integrado EJA	Total Ensino Médio Integrado
Brasil	338.390	40.117	378.507
Federal	117.747	12.801	130.548
Estadual	183.637	21.909	205.546
Municipal	10.738	369	11.107
Privada	26.268	5.038	31.306

Fonte: INEP (2013).

Ao observar a Tabela 1, é possível estabelecer algumas relações. A primeira linha corresponde ao número de matrículas na oferta do Ensino Médio Integrado brasileiro, sendo 378.507, de um total de 9.637.693 de matrículas no



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Ensino Médio (INEP, 2013). Logo, apenas 3,9% do total de matrículas do Ensino Médio Brasileiro é destinada ao Ensino Médio Integrado. No panorama geral, foram somadas 9.259.186 (96,1%) de matrículas no Ensino Médio brasileiro em 2013. Isso enfatiza a fragilidade na oferta do Ensino Médio Integrado, frente às outras ofertas.

A maior oferta de matrículas do Ensino Médio está situada na rede estadual de educação, com padrões questionáveis de qualidade educacional (ausência de professores, baixos salários, estruturas precárias). A esfera federal vem em segundo, quanto à oferta do Ensino Médio Integrado. É preciso atentar para o fato de que o maior número de matrículas do Ensino Médio brasileiro encontra-se no âmbito Estadual, segundo dados do INEP (2013), são 8.215.878, seguido da esfera Privada com 1.167.058 de matrículas. Logo, é urgente pensar políticas públicas para a ampliação do Ensino Médio Integrado.

E então, por que expandir e defender a modalidade do Ensino Médio Integrado? Ao vivermos em um sistema econômico, político e social que perpetua a fragmentação em todas as esferas, existe uma necessidade social de se compreender a realidade, de se buscar a recomposição da totalidade, visto que a realidade existente é uma totalidade integrada, por vezes estudada e compreendida de modo fragmentado (MACHADO, 2009). Com isso, o Ensino Médio Integrado corrobora essa recomposição da compreensão da totalidade. Além disso:

[...] os educadores que atuam no Ensino Médio e no ensino técnico de nível médio partilham dos mesmos anseios de fornecer uma sólida e atualizada formação científica, tecnológica, cultural e ética aos seus alunos; de promover as oportunidades que levem ao desenvolvimento da criatividade e do pensamento autônomo e crítico; de fomentar o gosto pela aprendizagem e hábitos de auto-aprendizagem; de formar, enfim, pessoas abertas, interessadas, curiosas, críticas, solidárias e de iniciativa (MACHADO, 2009, p. 52).

É preciso ter a clareza de que a busca pelo Ensino Médio Integrado não deve ser a atividade fim. Nos marcos de uma sociedade capitalista, não é possível uma escola que consiga contemplar e ceifar por completo a dualidade da oferta de ensino. Por tudo isso, o Ensino Médio Integrado, pode ser considerado como um ponto de resistência, como uma forma de ensino que caminhe no sentido de cada vez mais recompor a compreensão de totalidade da realidade. E, fundamentada nas ideias defendidas por autores como Frigotto, Ciavatta, Kuenzer, Moura e Ramos.

Uma análise pouco desatenta pode levar a considerações acríicas, ou a exaltar o total sucesso de ações que estão efetivando a expansão da Educação Profissional, sem considerar os limites e desafios da expansão dessa. Entretanto, a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

partir de um referencial teórico mais crítico, encontramos algumas lacunas no que tange à expansão da Educação Profissional.

Dentro da expansão da Rede Federal de Educação Profissional na esfera Pública, Moura (2013) afirma que a criação e expansão dos Institutos Federais deslocou tanto a centralidade quanto a defesa e importância do Ensino Médio Integrado, pois a preocupação volta-se muito mais para a esfera estrutural. Outro aspecto levantado pelo autor constitui a ausência de uma formação, para os professores ingressantes nos Institutos, que fundamente os objetivos da Educação Profissional. Muitos dos professores que ingressam nos Institutos são bacharéis, que não vivenciaram o campo educacional. Mesmo os licenciados encontram dificuldades de formação por não vivenciarem nas licenciaturas discussões que pautem-se na categoria trabalho e educação. Ainda nos limites da expansão da Rede Federal, cabe

[...] ainda ressaltar que tudo isso vem ocorrendo em meio ao recrudescimento do discurso, inclusive oficial, de que há um apagão de mão de obra qualificada e que, portanto, é necessário formar rapidamente essa mão de obra para atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho (MOURA, 2013, p. 12).

Isso implica no distanciamento de ações direcionadas à formação humana emancipatória e legítima a dualidade histórica da Educação Profissional, atendendo a princípios neoliberais, tais como a focalização, efetividade e ações privatistas semeados na década de 1990, com a racionalização dos gastos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os rumos das ações e programas de caráter público para a Educação Profissional no início do século XXI, refletimos que existem relações de tensionamento entre ideias progressistas e ideias conservadoras para a Educação Profissional. Observamos tentativas dos setores mais progressistas do campo em caminhar na perspectiva de uma formação profissional humana integral para a classe trabalhadora, disputando o campo das políticas. Entretanto, a oferta da Educação Profissional não se dá apenas no âmbito público. O setor empresarial tem se utilizado de estratégias de cooptação dos segmentos educacionais para produzirem e reproduzirem seus capitais, seja por meio da parceria público-privado, ou da ampliação de instituições privadas de educação, estabelecendo, como consequência, caminhos formativos distintos entre os trabalhadores e a elite capitalista



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Finalmente, os programas e ações, mais especificamente no primeiro decênio do século XXI, ainda no governo Lula, expressaram alguns movimentos importantes para uma relativa expressividade da oferta pública e tentativas de se buscar uma formação profissional mais integrada. Movimentos esses que estão expressos principalmente nos programas: Brasil Profissionalizado, ProJovem, ProEja, e pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras; LEAL NETO, Alberto Álvaro Vasconcelos. Educação profissional integrada ao ensino médio: concepção e políticas públicas no governo Lula. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Maria_Regina_Antoniazzi_Alberto_Leal_Neto_educacao_profissional_integrada_ao_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2208_97.htm> Acesso em: 6 set. 2014.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2006/decreto/D5840.htm> Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6302.htm> Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1.

_____. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de. **O processo de implantação e implementação do proeja no IFG – Campus Goiânia: contradições, limites e perspectivas**. 2011. 245f. Tese



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./maio 1993. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/17/07-sonia.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

GRABOWSKI, Gabriel. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Brasília, n. 7, p. 29-50, maio/ jun. 2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da educação básica: 2012. **Resumo técnico**. Brasília :INEP, 2013.

MACHADO, L. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. In: MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro. (Org.). **PROEJA: Formação técnica integrada ao ensino médio**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 36-53, 2006.

_____. **Ensino Médio e técnico com currículos integrados**: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: JAQUELINE MOLL & Colaboradores. (Org.). Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2009, p.80-95.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: _____ (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Porto Alegre: Mercado das letras, 2013.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.